

Arapongagem vira caso de ética



Anamaria Rossi
Da equipe do **Correio**

O PFL mudou de turma no Congresso para se vingar do PSDB. Aliado ao PT de Lula, ao PPS de Ciro Gomes, ao PSB de Garotinho e a outras legendas de oposição como PDT, PTB e PCdoB, o partido de Roseana Sarney levará Márcio Fortes, secretário-geral do PSDB, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara. Com isso, pretende inaugurar o capítulo de casos memoráveis do Conselho com uma devassa contra o deputado que, têm certeza pefelistas e oposicionistas, contratou espíões para bisbilhotar a vida e os negócios da família da governadora do Maranhão. Fortes é acusado, ainda, de bisbilhotar eventuais negócios cruzados entre Jorge Murad, marido de Roseana, e Carlos Jereissati, irmão do governador cearense Tasso Jereissati.

Dos 15 integrantes do Conselho, três são do PFL. Um deles está sentado na presidência: o deputado José Thomaz Nonô (AL). Outros cinco votos são da oposição — dois do PT, um do PDT, um do PL e um do PSB. Mesmo sem os três votos do PSDB e os dois do PMDB, os interessados em complicar a vida dos tucanos são maioria.

“Eles têm poder no Executivo, nós temos no Legislativo”, disse um parlamentar pefelista, demarcando o território eleito pelo partido para dar o troco aos tucanos. Do alto dos 95 votos que lhe dão a maior bancada da Câmara, e com a segurança de poder contar com o apoio da oposição na empreitada, o PFL vai apresentar hoje à Corregedoria da Casa uma representação contra Márcio Fortes. É o primeiro passo para que seja instalado um processo no Conselho de Ética. O corregedor, deputado

Barbosa Neto (PMDB-GO), dirá se o Conselho deve ou não investigar o caso.

A exemplo do que ocorreu com o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) no Senado, o PFL espera ver o deputado Márcio Fortes cassado. No mínimo, obrigado a renunciar para evitar a perda do mandato, como fizeram os ex-senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Jader Barbalho (PMDB-PA). Ainda que para isso tenha que recorrer a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

“Podemos evoluir para uma CPI se as coisas não avançarem no Conselho de Ética”, avisa o deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), filho do prefeito César Maia, um dos principais articuladores da candidatura de Roseana à Presidência. Ele admite essa possibilidade em dois casos. Primeiro, se o presidente da Câmara, o deputado Aécio Neves, do PSDB mineiro, segurar a representação na Mesa Diretora, sem encaminhá-la à Corregedoria — e, se o corregedor assim entender, ao Conselho de Ética. E também no caso de o processo não andar no Conselho.

Acostumado a fazer dobradinhas ocasionais com o PFL, o deputado José Genoíno (PT-SP) testou a tese da CPI no Salão Verde e no plenário da Câmara, ontem, sem nem mesmo ter combinado com os petistas. “Olha a CPI do Grampo”, anunciava. “A grampolândia instalada no país é uma ameaça à democracia. Nossa preocupação não é com Roseana nem com Serra. O que nos preocupa é que o processo eleitoral está grampeado.”

No PT, a CPI do Grampo não é a proposta que tem mais força agora. O líder do partido, deputado João Paulo (SP), prefere uma comissão parlamentar que investigue os diversos caixas dois de campanhas eleitorais, “desde Fernando Henrique até o PFL”, disse. O deputado

José Dirceu (PT-SP), presidente do partido, garante o apoio do PT a “qualquer iniciativa para investigar a arapongagem.”

Pelo menos uma iniciativa o PT já tomou. O deputado Aloísio Mercadante (SP) apresentou na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara requerimento de convocação do general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para esclarecer a participação de agentes da Abin no esquema de espionagem no Maranhão.

SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA

Conforme noticiou ontem o **Correio**, o presidente foi informado de que dois ex-funcionários do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), antecessor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), estiveram no Nordeste espionando os Sarney, os Murad e os Jereissati. O general Cardoso garantiu ao presidente, no entanto, que nenhum agente da ativa envolveu-se nas ações.

“O fato de a Abin ter contratado uma empresa para fazer a espionagem não significa que a agência estivesse fora da operação”, disse Mercadante. Ele acredita que os arapongas contribuíram decisivamente para que a Polícia Federal apreendesse não apenas documentos durante a batida no escritório da Lunus, empresa de Roseana e Murad, em 1º de março, mas também R\$ 1,34 milhão em dinheiro vivo. “Uma operação como esta teve um serviço de inteligência prévio. Ela não foi deflagrada sem isso. E todos os indícios levam à participação da Abin.”

Além da convocação do general Cardoso, Mercadante pede que seja convidado (porque não pode ser convocado) o diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro, para prestar esclarecimentos

sobre a operação. O requerimento será colocado em votação na próxima quarta-feira, mesmo com a resistência dos tucanos. “O PFL tem interesse na convocação. Inocêncio Oliveira já disse que apóia.”

Inocêncio ainda não fala em CPI, mas defende a cassação de Márcio Fortes. “Deputado federal não é para fazer dossiê nem grampo contra ninguém. Se isso aconteceu, é quebra de decoro, falta de ética e merece cassação.”

Na representação, o PFL enumera os indícios de participação de Fortes no esquema de espionagem. Lembra os que foram apontados pelo senador José Sarney (PMDB-AP), pai de Roseana, pelo governador Anthony Garotinho (PSB-RJ) e pelos jornalistas Jânio de Freitas (*Folha de S. Paulo*), Luís Costa Pinto e Eumano Silva (**Correio**).

O PFL pede que os citados sejam ouvidos e apresentem documentos. E afirma que “a configuração desses fatos fere o decoro e a ética parlamentar, consubstanciando falta passível de cassação de mandato, além de crime contra os direitos e garantias individuais”. Com isso, o partido de Roseana, que reafirma sem muita fé a candidatura dela à Presidência, prepara o palco para tentar destruir o tucano José Serra, em nome de quem ela foi preterida pelo presidente Fernando Henrique na disputa pelo carimbo de candidato governista.

No Senado, a parceria do PFL com as oposições já começa a dar resultados. Agílio Monteiro e os dois delegados da PF que participaram da operação na Lunus serão convidados a prestar esclarecimentos à Comissão de Fiscalização e Controle. O requerimento, apresentado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), foi aprovado ontem. Agílio e os delegados devem depor na próxima semana, em sessão secreta.

O uso do Parlamento como trincheira foi definido em reunião da cúpula do PFL no apartamento do senador licenciado Jorge Bornhausen, na terça-feira à noite. Na manhã de ontem, antes de receber um telefonema do general Cardoso negando a participação da Abin no episódio, Bornhausen convocou a imprensa para uma entrevista coletiva.

“Nomes de parlamentares têm sido citados como integrantes de um processo de espionagem. Eu não faço essa acusação, mas isso tem que ser esclarecido. Um governador declarou que conhecia um dossiê. O senador José Sarney declarou que conhecia fatos que levaram ao envolvimento de um parlamentar em espionagem e levantou a hipótese de a Abin estar no Maranhão. Não houve sindicância, apenas respostas. Quem estiver envolvido nas declarações e nos processos deve estar preparado para responder sobre isso”, disse Bornhausen.

Segundo ele, o PFL está convicto que houve uma manobra política para desestabilizar Roseana, “e esta manobra tem que aparecer, e vai aparecer, porque ela deixa rastro”. Para Bornhausen, os fatos não podem deixar de ser apurados, “para saber se não macularam a eleição”.

O presidente do PFL comentou também a pesquisa feita pelo Ibope a pedido do Bank of America, que mostra a queda de Roseana e a subida de Serra nas intenções de voto. “Estranho apenas uma coisa. Sabemos que os partidos fazem pesquisa. Tem duas entidades patronais que fazem pesquisas. O Datafolha faz normalmente. O que nos surpreende é que o Banco of America tenha feito uma pesquisa que não seja para seu interesse pessoal. Foi feita para distribuir a uma emissora de TV. É um fato novo e inusitado que deve ser avaliado pela imprensa.”

■ COLABOROU DENISE ROTHENBURG